

PROVA 2008

01. Com relação ao controle e à responsabilização da administração, assinale a opção correta:

- a) por força do princípio constitucional da legalidade, não há prazo para que a Administração Pública reconheça a nulidade de um ato administrativo que haja praticado e o invalide por esse motivo;
- b) de acordo com a maior parte da doutrina administrativa, são inconstitucionais, por ofensa aos princípios da isonomia, da paridade de armas e do devido processo legal, as normas infraconstitucionais que estabelecem tratamento processual diferenciado em favor dos entes públicos;
- c) até os chamados atos políticos e os atos interna corporis podem ser objeto de controle judicial, desde que atendidos certos requisitos;
- d) apenas os atos do Poder Executivo são capazes de gerar responsabilidade civil extracontratual para o Estado, pois os praticados pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo decorrem da soberania estatal e da supremacia do interesse público sobre o particular, de maneira que não dão direito à indenização;

02. No âmbito da Administração Pública, encontramos os fenômenos da descentralização e da desconcentração. Quanto à descentralização, julgue os itens a seguir:

- I- a descentralização pressupõe a existência de uma pessoa distinta da pessoa do Estado.
- II- o ente descentralizado age sem necessitar de outorga do serviço ou atividade, ou de delegação para a sua execução, mas sempre em nome próprio.
- III- A fundação pública, resultante do processo de descentralização, é uma pessoa jurídica de direito público que realiza atividades apenas de interesse público.
- IV- Os ministérios e os órgãos de assessoramento da Presidência da República são decorrências do processo de descentralização.
- V- Os entes descentralizados são provenientes da divisão do trabalho do Estado, visando a sua eficiência.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II
- b) I e V
- c) II e III
- d) III e IV

03. As questões judiciais referentes à disputa sobre direitos indígenas são da competência dos:

- a) juízes federais
- b) juízes de direito do Estado
- c) Tribunais Superiores
- d) Tribunais de Justiça dos Estados

04. Assinale os órgãos da Justiça Federal, estabelecidos na Constituição:

- a) os juízes federais e os Tribunais superiores
- b) os Juízes Federais e os Tribunais Regionais Federais
- c) os juízes estaduais e os juízes federais
- d) todos os juízes dos tribunais de Justiça

05. Uma prisão ilegal efetuada por um Delegado da Polícia Federal poderá ser relaxada mediante ordem de *habeas corpus* impetrada perante:

- a) Tribunal de Justiça
- b) Tribunal Regional Federal
- c) Supremo Tribunal Federal
- d) Juiz Federal

06. Considere os seguintes enunciados:

- I – Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- II – O juiz dará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
- III – O juiz dará curador especial ao réu preso, exceto, quando for revel citado por edital ou com hora certa.

À luz do Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) O enunciado I não está correto.

PROVA 2008

- b) Apenas o enunciado II está correto.
- c) Apenas o enunciado III está correto.
- d) Os enunciados I e II estão corretos.

07. A União será representada em juízo ativa e passivamente:

- a) Pelo Secretário do Tesouro Nacional.
- b) Pelos Auditores do Tribunal de Contas da União.
- c) Por seus Procuradores.
- d) Pela Defensoria Pública da União.

08. Substituto processual é aquele que:

- a) Age em nome próprio e defende interesse alheio.
- b) Representa em juízo pessoa jurídica.
- c) Representa em juízo o absolutamente incapaz.
- d) Ingressa no processo na condição de sucessor da parte.

09. A denunciação da lide representa:

- a) Um tipo particular de litisconsórcio passivo unitário.
- b) Uma ação declaratória incidental.
- c) Uma ação regressiva contra terceiro.
- d) Um tipo de reconvenção.

10. A sentença que não aprecia os pedidos formulados pela parte é denominada pela doutrina como:

- a) *minus petita*.
- b) *citra petita*.
- c) *extra petita*.
- d) *ultra petita*.

11. Acerca da competência da Justiça Federal é **correto** afirmar:

- a) a Constituição Federal não prevê nenhuma exceção à regra de que a Justiça Federal não trata de questões relativas ao estado das pessoas;
- b) segundo dispõe a Constituição Federal, lei infraconstitucional não pode, em hipótese alguma, delegar competência da Justiça Federal para a Justiça Estadual;
- c) conforme estabelece a Constituição Federal, o tão-só fato de a causa encontrar-se relacionada a direitos humanos basta para o deslocamento da competência para a Justiça Federal;
- d) a competência da Justiça Federal é constitucional e taxativa, não comportando ampliação por norma infraconstitucional.

12. Aos juízes federais **não** compete:

- a) processar e julgar as causas fundadas em contratos internacionais ou tratados firmados pela União;
- b) processar e julgar as causas envolvendo pessoa residente no Brasil contra Estado estrangeiro;
- c) processar e julgar as contravenções penais e os crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas;
- d) processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro.

13. Acerca das regras de competência previstas no Código de Processo Civil (arts. 86 a 124) é **correto** afirmar:

- a) a incompetência absoluta e a relativa submetem-se ao princípio da eventualidade, isto é, somente podem ser argüidas pelo réu, no prazo de resposta;
- b) o CPC não exige forma especial (específica) para a argüição de incompetência absoluta;
- c) a competência territorial é sempre relativa;
- d) quando é reconhecida a incompetência relativa anulam-se os atos decisórios e os autos são remetidos ao juiz competente para a causa.

14. Sobre a competência cível (arts. 86 a 124 do CPC) julgue os itens a seguir:

PROVA 2008

I - Há modificação/prorrogação de competência quando se amplia a esfera de competência de um órgão judiciário para conhecer certas causas que não estariam, ordinariamente, compreendidas em suas atribuições jurisdicionais. Esse fenômeno somente pode ocorrer em relação à competência relativa.

II - Não há que se falar em hipóteses de modificação voluntária de competência, eis que apenas pode haver modificação da competência pela conexão e continência, que são formas de modificação expressamente definidas na lei processual civil.

III - A competência originária é aquela atribuída ao órgão jurisdicional diretamente para conhecer da causa em primeiro lugar e, desse modo, somente pode ser atribuída ao juízo monocrático, sob pena de supressão de instância;

IV - A prevenção é critério para exclusão dos demais juízos competentes de um mesmo foro ou tribunal, funciona como mecanismo de integração em casos de conexão, sendo, pois o instrumento para que se saiba em qual juízo serão reunidas as causas conexas.

- a) todos estão corretos.
- b) estão corretos II e III.
- c) estão corretos I e IV.
- d) todos estão incorretos.

15. São elementos da ação :

- a) causa de pedir, partes e interesse de agir;
- b) legitimidade, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido;
- c) causa de pedir, partes e pedido;
- d) interesse de agir, causa de pedir e pedido.

16. João Ferreira ajuizou ação sob o rito ordinário, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, contra a União, pretendendo assegurar sua inscrição em concurso público para Procurador Federal. Deferido liminarmente o pedido de tutela antecipada, João se inscreveu no certame e participou da prova da primeira etapa, mas não foi aprovado para a segunda fase, já que não alcançara a nota mínima exigida no edital. Nesse caso, o juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito, por ausência de:

- a) interesse processual;
- b) legitimidade ativa;
- c) pressuposto processual de existência da relação processual;
- d) pedido.

17. Litispendência e coisa julgada são:

- a) condições negativas da ação;
- b) pressupostos processuais positivos;
- c) pressupostos processuais negativos;
- d) efeitos da sentença.

18. A petição inicial não será indeferida liminarmente quando:

- a) faltar ao autor o interesse processual;
- b) o advogado deixar de declarar na petição inicial o endereço no qual receberá intimações;
- c) for inepta;
- d) a parte for manifestamente ilegítima;

19. Julgue os itens a seguir:

I – De acordo com as alterações promovidas no Código de Processo Civil pela Lei 11.232/2005, a prolação de sentença de mérito não implica a extinção do processo.

II – O CPC não prevê hipótese em que o juiz pode rejeitar o pedido do autor sem citar a parte contrária.

III – A sentença que indefere a petição inicial é sempre sem resolução do mérito.

IV – Se o juiz, quando do exame da petição inicial, verificar a existência das condições da ação, não poderá decidir novamente sobre esta matéria, pois já se operou a preclusão *pro judicato*.

- a) apenas os itens I e IV estão corretos;
- b) apenas o item I está correto;
- c) apenas o item II está errado;
- d) apenas o item III está correto.

PROVA 2008

20. Em ação promovida pela Caixa Econômica Federal contra José da Silva, relativa a dívida de contrato de crédito rotativo, as partes requereram na audiência de conciliação que o processo permanecesse suspenso por noventa dias, em face da possibilidade de o autor obter recursos financeiros para pagamento do débito. O juiz federal que preside o processo proferiu, então, decisão determinando a suspensão do processo conforme requerido. Levando em consideração as disposições do Código de Processo Civil, a decisão está:

- a) correta, porque, sendo responsável pela direção do processo, o juiz pode suspender o processo sempre que for conveniente;
- b) correta, porque a suspensão do processo por até seis meses pode ser requerida de comum acordo pelas partes;
- c) errada, porque, segundo o art. 331, § 2º, do Código de Processo Civil, se não for obtida a conciliação, o juiz deve fixar os pontos controvertidos, decidir as questões processuais pendentes e determinar as provas a serem produzidas, designando audiência de instrução e julgamento;
- d) errada, porque, ao requerer a suspensão do processo com vistas à negociação da dívida, José reconheceu a procedência do pedido da Caixa Econômica Federal, devendo ser proferida sentença de mérito.

21. Marque a opção correta.

- a) É possível a dilação probatória em mandado de segurança.
- b) Só é possível dilação probatória em mandado de segurança se houver discussão de matéria de fato que exija a produção de provas em audiência nos termos do art. 330 I, do CPC.
- c) É incompatível com o procedimento do mandado de segurança a concessão de medida liminar.
- d) A tutela de direito por mandado de segurança encontra previsão expressa na Constituição Federal de 1988 e em norma infraconstitucional.

22. Sobre a natureza jurídica do Mandado de Segurança é correto afirmar:

- a) A omissão da autoridade, ilegal ou abusiva de poder, violadora de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, não está sujeita à censura judicial através do mandado de segurança.
- b) O mandado de segurança apresenta-se como ação civil, de natureza contenciosa, subordinando-se à disciplina do processo civil quanto aos pressupostos e condições, ainda que criminal seja a matéria de fundo.
- c) O mandado de segurança tutela o direito violado por ato de autoridade, ilegal ou abusivo, não sendo admissível sua impetração para tutela preventiva.
- d) É cabível mandado de segurança contra lei em tese.

23. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta:

- a) É pacífico o entendimento que é peça dispensável para a propositura da ação penal pública pelo Ministério Público. Porém, uma vez instaurado o procedimento inquisitivo, é vedado ao titular da ação penal pública oferecer denúncia antes de concluída as investigações com a apresentação do respectivo relatório.
- b) não poderá a Autoridade Policial indeferir requerimento do ofendido para o início do Inquérito Policial;
- c) em caso de prisão em flagrante, não haverá necessidade de instauração do Inquérito Policial mediante portaria;
- d) sendo requisitada pelo Ministério Público, é vedado à autoridade policial negar sua instauração, mesmo que se trate de ordem manifestamente ilegal.

24. Acerca do tema Ação Penal, pode-se dizer:

- a) o aditamento da denúncia não importa, necessariamente, nova citação do réu.
- b) é assente doutrinária e jurisprudencialmente que o princípio da indivisibilidade se aplica tanto à ação penal privada, quanto à pública;
- c) a delatio criminis - representação – no plano subjetivo vincula a pretensão punitiva a ser posta em juízo;
- d) a queixa subsidiária oferecida pode ser, imediata e subseqüentemente, inviabilizada por promoção do Ministério Público, assim limitada à apresentação de denúncia substitutiva.

25. Oferecida a denúncia, com base nela e nos elementos probatórios que a alicerçam, pode o Juiz adotar as seguintes atitudes, **EXCETO**:

PROVA 2008

- a) rejeitá-la, absolvendo sumariamente o denunciado, caso verifique, comprovada e iniludivelmente, a existência de causa excludente de ilicitude ou de culpabilidade, desde que o rito aplicável ao feito seja o comum previsto no Código de Processo Penal;
- b) receber toda a pretensão punitiva nela contida;
- c) receber parcialmente a pretensão punitiva nela formulada;
- d) declarar sua incompetência e, após o decurso do prazo recursal, remeter os autos ao Juízo competente.

26. Com base na atual e consolidada jurisprudência do STJ, assinale a **ALTERNATIVA INCORRETA**:

- a) oferecimento da defesa prévia está condicionado ao prazo legalmente estabelecido, sendo que a não observância deste acarreta a preclusão do direito da parte de arrolar testemunhas;
- b) são válidos, em princípio, os atos investigatórios realizados pelo Ministério Público, sendo-lhe defeso, apenas, presidir o inquérito policial propriamente dito;
- c) a ausência de identificação dos co-autores impede o oferecimento da denúncia por concurso de pessoas;
- d) o art. 405 do Código de Processo Penal não determina a abertura de prazo para a defesa se manifestar acerca da substituição das testemunhas não encontradas, sendo imprescindível o requerimento da defesa, o qual, não ocorrendo no prazo de 03 dias, acarretará o prosseguimento no julgamento do processo.

27. A Ação Penal, no rito comum:

- a) deve encerrar-se em 81 (oitenta e um) dias;
- b) não pode ter os prazos fixados na lei desobedecidos em nenhuma hipótese;
- c) deve ter sua instrução encerrada em 81 (oitenta e um) dias;
- d) pelo Princípio da Razoabilidade pode demorar além dos prazos legais.

28. Acerca do Procedimento Comum previsto no CPP, assinale a **ALTERNATIVA INCORRETA**:

- a) é de três dias o prazo para oferecimento de defesa prévia;
- b) ultrapassada a fase das alegações finais, não poderá o juiz, mesmo não havendo presidido os atos de colheita da prova oral, determinar, novamente, o interrogatório do réu ou a inquirição de testemunhas e do ofendido;
- c) é de vinte e quatro horas o prazo para requerimento de diligências previsto no art. 499 do CPP;
- d) é de três dias o prazo para a apresentação de alegações finais.

29. "A", Policial Rodoviário de serviço na noite de Natal, apunhala "B" pelas costas, motorista averiguado em fiscalização de rotina e que debochara do policial por estar de serviço naquele dia. Levado ao hospital, "B" resiste apenas por poucos dias, vindo a falecer em 1º de janeiro do ano seguinte. Concluído o respectivo Inquérito Policial, Ministério Público Federal ofereceu Denúncia contra "A". Diante do fato exposto, é correto afirmar que:

- a) "A" cometeu tentativa de homicídio na noite de Natal.
- b) "B" faleceu em razão de homicídio ocorrido em 1º de janeiro
- c) "A" cometeu lesão corporal grave na noite de Natal
- d) "B" faleceu em razão de homicídio praticado por "A" na noite de Natal

30. Não extingue a punibilidade:

- a) O pagamento de todo o débito, devidamente corrigido, objeto do crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal)
- b) A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso
- c) A perempção
- d) A morte da vítima

PROVA 2008

31. Na aferição da culpabilidade no concurso de pessoas, é correto afirmar:

- a) a incidência da pena é diretamente proporcional à culpabilidade
- b) a incidência da pena é inversamente proporcional à culpabilidade
- c) a incidência da pena é indiferente à culpabilidade
- d) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída até a metade

32. O funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício consistente em impedir a entrada no país de mercadoria proibida, comete:

- a) prevaricação
- b) facilitação de contrabando
- c) descaminho
- d) condescendência criminosa

33. O funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, está cometendo:

- a) corrupção ativa
- b) corrupção passiva
- c) concussão
- d) excesso de exação

34. De acordo com a Lei nº 11.343/2006 (Lei Anti-Drogas), é incorreto afirmar:

- a) é crime induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga
- b) é crime oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem
- c) é crime adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, droga sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar
- d) O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos, após o cumprimento da pena, os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário

35. Analise as assertivas I a IV e marque a alternativa correta. São da competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis no âmbito da Justiça Federal, as seguintes ações, desde que o valor não exceda a 60 salários mínimos:

I. Ação ordinária de anulação/cancelamento de ato administrativo federal; Ação de impugnação de pena a servidor público civil e Ação de sanção disciplinar a militares.

II. Ação ordinária de desapropriação, de divisão e demarcação; Ação popular; Execução fiscal; Mandados de Segurança e Ação sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

III. Ações relativas a benefícios previdenciários, Ação de anulação/cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária e Ação de anulação/cancelamento de ato administrativo federal de lançamento fiscal.

IV. Ações de natureza alimentar, falimentar, fiscal; Ações relativas a acidente de trabalho, resíduos e estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

- a) Somente a I e II estão corretas;
- b) Todas estão corretas;
- c) Somente a III está correta;
- d) Somente a IV está errada.

36. No que se refere aos Juizados Especiais Federais, marque a assertiva integralmente correta:

- a) As medidas cautelares não têm aplicação no âmbito dos juizados especiais federais por se tratar de procedimento especial.
- b) No âmbito dos juizados especiais federais, nas causas no valor de até 20 salários mínimos, as partes poderão comparecer pessoalmente ou assistidas por advogado. Se o valor exceder a 20 salários mínimos, a assistência é obrigatória.
- c) Não há prazo em dobro para a Defensoria Pública no âmbito dos JEFs.
- d) Somente haverá reexame necessário nas ações cujo valor exceda a 40 salários mínimos.

PROVA 2008

37. Com relação aos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais marque a assertiva correta:

- a) De acordo com a redação da Lei n. 10.259/2001, nos locais onde não houver vara federal, a causa poderá ser proposta no juizado especial federal mais próximo do foro, não sendo permitida a aplicação desta Lei no juízo estadual.
- b) Compete ao juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos à infrações de menor potencial ofensivo, independentemente da ocorrência de conexão e continência, tendo em vista que a competência é absoluta.
- c) O pedido de uniformização de interpretação de Lei Federal (PUJ) tem aplicação no âmbito dos juizados especiais federais e estaduais nos casos em que houver coincidência de decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais na interpretação da Lei.
- d) Em razão dos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

38. Analise o texto abaixo e em seguida identifique a alternativa correta:

“Embora operante no universo dos direitos sociais, em geral, como no âmbito da previdência social, em particular, o *princípio* (...) tem especial incidência no terreno da *saúde* e da *educação*, cujas normas constitucionais – nisso particularmente influenciadas pelas idéias de *constituição dirigente* e de *Estado Provedor* –, atribuíram sobretudo ao Poder Público o encargo de custear a satisfação dessas necessidades, consideradas inerentes a uma vida digna. Daí a similitude dos arts. 196 e 205 da nossa Constituição, a proclamarem que tanto a saúde quanto a educação são direitos de todos e deveres do Estado, normas-tarefas ou meramente programáticas cuja concretização fica a depender das *forças do Erário*, como diziam os clássicos das finanças públicas. De mais a mais, e nisso reside um aspecto crucial do problema, a alocação de recursos públicos para a implementação desses direitos pressupõe – além de uma economia forte –, a difícil decisão política de ratar os poucos recursos disponíveis de modo a poder dispensar um mínimo de atendimento aos mais necessitados, situação crítica que nos países periféricos configuram o que muitos denominam *círculo vicioso da miséria*, pois é precisamente aí, onde faltam recursos para atendê-las, que se mostram mais dramáticas as carências sociais” (MENDES, Gilmar Ferreira et al. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, pág. 1301).

- a) ao analisar questões de Ordem Financeira, o autor se reporta claramente ao Princípio da Igualdade na distribuição dos recursos públicos.
- b) o autor se reporta aos Princípios da Solidariedade e da Reserva do Financeiramente Possível, porém, aquele se sobrepondo a este.
- c) o autor se refere ao Princípio da Solidariedade, no que diz respeito à alocação de recursos destinados ao custeio da Previdência Social.
- d) o conteúdo do texto sob análise revela que o autor se reporta ao Princípio da Reserva do Financeiramente Possível, no que se refere à aplicação dos recursos públicos destinados às despesas de Ordem Social, tais como educação, saúde e previdência social.

39. A dona-de-casa e o estudante que contribuem regularmente para a Previdência Social, nessa qualidade:

- a) São segurados obrigatórios comuns.
- b) São segurados obrigatórios individuais.
- c) São segurados obrigatórios especiais.
- d) São segurados facultativos.

40. É correto afirmar-se que:

- a) Filiação é o ato através do qual o segurado procede seu registro perante o INSS.
- b) Período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
- c) Inscrição é o momento em que o segurado passa a integrar o sistema da Previdência Social como beneficiário.
- d) O cônjuge e o filho menor de 21 (vinte e um) anos, emancipado ou não, são beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado.

GABARITO

1.	C
2.	B
3.	A
4.	B
5.	D
6.	D
7.	C
8.	A
9.	anulada
10.	anulada
11.	D
12.	C
13.	B
14.	C
15.	C
16.	A
17.	C
18.	B
19.	B
20.	B
21.	D
22.	B
23.	C
24.	A
25.	A
26.	C
27.	D
28.	B
29.	anulada
30.	D
31.	A
32.	B
33.	C
34.	D
35.	C
36.	C
37.	A

PROVA 2008

38.	D
39.	D
40.	B